



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO CLÍNICA E SOCIAL



IZADORA ROCHA RODRIGUES

**ATUAÇÃO DE ATORES ESTRATÉGICOS DO PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA MÍDIA SOCIAL DOS CENTROS
COLABORADORES EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR**

OURO PRETO - MG
2025

Izadora Rocha Rodrigues

ATUAÇÃO DE ATORES ESTRATÉGICOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA MÍDIA SOCIAL DOS CENTROS COLABORADORES EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Nutrição da Escola de Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Nutrição.

Orientadora: Prof.^a Msc. Juliana de Paula Matos Souza

OURO PRETO - MG

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R696a Rodrigues, Izadora Rocha.

Atuação de atores estratégicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar [manuscrito]: uma análise da mídia social dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar. / Izadora Rocha Rodrigues. - 2025.

48 f.: il.: color., tab., mapa. + Quadro.

Orientadora: Profa. Ma. Juliana de Paula Matos Souza.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Nutrição. Graduação em Nutrição .

1. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil). 2. Alimentação escolar. 3. Instagram (Rede social on-line). I. Souza, Juliana de Paula Matos. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 37:642.2

Bibliotecário(a) Responsável: Sônia Marcelino - CRB6/2247



FOLHA DE APROVAÇÃO

Izadora Rocha Rodrigues

Atuação de atores estratégicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar: Uma análise da mídia social dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar

Monografia apresentada ao Curso de Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Nutricionista

Aprovada em 10 de abril de 2025

Membros da banca

Msc - Juliana de Paula Matos Souza - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra - Anelise Andrade de Souza - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra - Sônia Maria de Figueiredo - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Juliana de Paula Matos Souza, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 16/04/2025



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Paula Matos Souza, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/04/2025, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0897990** e o código CRC **283D0654**.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que me deu força, sabedoria e coragem para chegar até aqui. Sem ele, cada desafio teria sido ainda mais difícil, e cada conquista, menos especial. À minha mãe, Ana Cristina, minha fortaleza, meu porto seguro e o abraço que sempre me acolheu nos momentos difíceis. Seu carinho, seu apoio e seu amor imenso foram combustíveis essenciais para minha trajetória. Ao meu pai, Iremar, meu grande exemplo de força e determinação. Sua batalha diária e seu esforço incansável sempre me inspiraram a seguir em frente. Obrigada por me ensinarem que os sonhos valem a pena quando lutamos por eles. Ao meu irmão, Gabriel, pela lealdade e por tornar tudo mais leve e divertido. Aos meus avós, à minha madrinha, Luciane, e a toda minha família, que sempre me cercaram de amor, apoio e orações. Às minhas amigas, que estiveram ao meu lado em todos os momentos, sempre com palavras de conforto e incentivo. Aos meus professores, que transmitiram conhecimento e despertaram em mim o desejo de aprender sempre mais. À minha orientadora, Juliana, por ter sido um exemplo de paciência, sabedoria e incentivo. Sua dedicação e carinho tornaram essa caminhada mais leve e possível. Obrigada por acreditar no meu potencial e por me guiar com tanta generosidade. E, por fim, a mim mesma. Por não desistir, por enfrentar cada obstáculo e por acreditar que eu era capaz. Essa caminhada foi desafiadora, mas também transformadora, e sou grata por tudo que aprendi ao longo dela.

Obrigada a todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa jornada!

RESUMO

No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desempenha um papel fundamental na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos estudantes da rede pública de ensino. Para auxiliar no seu fortalecimento foram criados os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES), realizando ações de apoio técnico, formação, pesquisa e monitoramento. Este estudo tem como objetivo analisar a atuação dos CECANES vinculados ao PNAE por meio do compartilhamento de conteúdo desses em suas páginas oficiais de mídia social. A identificação dos CECANES baseou-se nos dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), onde foram identificadas as páginas de Instagram desses. As variáveis que caracterizam as páginas foram coletadas e as postagens foram extraídas e analisadas com base no seu conteúdo. Dos 26 CECANES, 88,46% têm páginas oficiais no Instagram, sendo predominantes nas regiões Nordeste e Sudeste. Foram identificadas 2.453 postagens até o ano de 2023. As páginas avaliadas são acompanhadas por 33.985 seguidores, contabilizando 83.212 curtidas e 2.672 comentários. Foram evidenciados alguns padrões de postagens que caracterizam as atividades dos CECANES, com uma centralidade na realização de ações voltadas para o monitoramento/assessoria e divulgação de eventos. Ademais, os CECANES possuem um compartilhamento de conteúdo diferente entre as regiões em que estão sediados. Concluiu-se que grande parte dos CECANES estão ativos na mídia social, compartilham suas atividades através dela e apresentam particularidades nessa ação de acordo com as macrorregiões do Brasil.

Palavras-chave: PNAE; CECANE; mídias sociais; alimentação escolar; Instagram.

ABSTRACT

In Brazil, the National School Feeding Program (PNAE) plays a fundamental role in promoting Food and Nutritional Security (FNS) among students in the public education system. To support its strengthening, the Collaborating Centers for School Food and Nutrition (CECANES) were established, carrying out activities related to technical support, training, research, and monitoring. This study aims to analyze the activities of CECANES affiliated with the PNAE by examining the content shared on their official social media pages. The identification of CECANES was based on data from the National Fund for Educational Development (FNDE), through which their Instagram pages were identified. Variables characterizing these pages were collected, and posts were extracted and analyzed based on their content. Among the 26 CECANES, 88.46% have official Instagram pages, with a predominant presence in the Northeast and Southeast regions. A total of 2,453 posts were identified up to the year 2023. The evaluated pages are followed by 33,985 users, accumulating 83,212 likes and 2,672 comments. Certain posting patterns were observed, characterizing CECANES activities, with a particular focus on monitoring/advisory actions and event dissemination. Additionally, differences in content-sharing practices were identified among the regions where these centers are located. The study concludes that most CECANES are active on social media, utilize these platforms to share their activities, and exhibit regional particularities in their communication strategies across Brazil's macro-regions.

Keywords: PNAE; CECANE; social media; school feeding; Instagram.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	14
Figura 1 - Características da EAN no Programa Nacional de Alimentação Escolar....	15
Figura 2 - Atribuições dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar.....	18
Figura 3 - Fluxograma sobre a constituição de um CECANE.....	19
Quadro 2 - Dados da mídia social Instagram de entidades governamentais.....	20
Quadro 3 - Descrição das categorias classificadas com base no conteúdo das postagens dos CECANES.....	29
Figura 4 - Exemplos (não exaustivos) de publicações que descrevem as categorias classificadas.....	32
Figura 5 - Participação das categorias por macrorregião dos CECANES de cada instituição.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados quantitativos das mídias sociais dos CECANES de cada instituição, separados por macrorregiões do Brasil (2017-2023).....	27
Tabela 2 - Participação das categorias de conteúdo compartilhado pelos CECANES.....	32

LISTA DE SIGLAS

CAE	Conselho/Conselhos de Alimentação Escolar
CECANES	Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
IQCOSAN	Índice de Qualidade da Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional
MG	Minas Gerais
PBF	Programa Bolsa Família
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
RT	Responsável Técnico
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
TED	Termos de Execução Descentralizada
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMS	(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPA	Universidade Federal do Pará

UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal do Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UGRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
	2.1. Alimentação como um direito constitucional	12
	2.2. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	13
	2.3. Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar - CECANES... ..	18
	2.4. Mídias sociais como ferramenta de divulgação por atores sociais	20
3	OBJETIVOS	23
	3.1. Objetivo geral.....	23
	3.2. Objetivos específicos	23
4	METODOLOGIA	24
	4.1. Amostra.....	24
	4.2. Extração das postagens e dados	24
	4.3. Análise do conteúdo das postagens	25
	4.4. Análise de dados	26
5	RESULTADOS	27
6	DISCUSSÃO	40
7	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública brasileira coordenada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e tem como objetivo o crescimento e desenvolvimento social, físico, mental, e principalmente alimentar e nutricional de todos os estudantes da rede pública do país. Para isso, o Programa atua durante todo o período letivo ofertando refeições gratuitas baseadas nas necessidades nutricionais dos alunos e realizando ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) (FNDE, 2023). Na publicação mais recente dos seus dispositivos legais, a Resolução nº 06 de 08 de maio de 2020, trouxe para o PNAE algumas atualizações importantes, como o fortalecimento das atividades de EAN, a reafirmação da obrigatoriedade dos 30% dos recursos destinados a compra de alimentos da agricultura familiar, a ampliação das responsabilidades dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e principalmente, o alinhamento das diretrizes do Programa com o Guia Alimentar para a População Brasileira, proibindo a aquisição de alimentos ultraprocessados como refrigerantes, sucos industrializados, doces, gelatina, dentre outros (CANELLA, D. S., *et al*, 2021).

Desse modo, evidencia-se que o PNAE assegura o direito constitucional à alimentação escolar sendo um importante instrumento de garantia da segurança alimentar e nutricional, principalmente daqueles que fazem suas refeições principais nas instituições (SIQUEIRA, R. L., *et al*, 2014). Em termos de alcance e financiamento do programa, em 2024, o PNAE atendeu um total de 356.827 alunos, apenas no âmbito da rede federal, e disponibilizou cerca de R\$ 55.445.208,00 para custos relacionados ao seu funcionamento evidenciando sua extensão e complexidade (FNDE, 2024).

Para apoiar o PNAE na execução dos seus objetivos e diretrizes foram instituídos os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES) através da Portaria Interministerial, nº 1.010 de 08 de maio de 2006 e da Resolução CD/FNDE nº 38/2009, definindo que Instituições e Entidades de Ensino e Pesquisa pudessem prestar apoio técnico e operacional aos estados e municípios na implementação da alimentação saudável nas escolas. Assim, as atividades previstas no âmbito do CECANE, envolvem: *i*) assessoria a Estados e Municípios, cujo objetivo é fornecer apoio técnico e operacional aos atores sociais envolvidos na gestão e oferta da alimentação escolar; *ii*) formação de gestores, conselheiros de alimentação

escolar, nutricionistas, agricultores familiares, profissionais da educação, merendeiras em temas relacionados à oferta da alimentação; *iii*) elaboração e produção de materiais orientativos com temas relacionados à oferta da alimentação escolar; *iv*) desenvolvimento de estudos e pesquisas capazes de subsidiar a tomada de decisão; e *v*) outras ações que contribuam para o aprimoramento da alimentação escolar no país (FNDE, 2023).

Dessa forma, há contribuições significativas dos CECANES, a exemplo da melhora da execução do programa em municípios com baixa eficiência governamental, o fortalecimento da proximidade com gestores locais permitindo interações e ações conjuntas, a integração, conhecimento e resolutividade das particularidades locais, o estabelecimento de equipes multidisciplinares para ampliar a efetividade do programa, bem como, a geração e fortalecimento de conhecimento científico no tema (LOBO, C. & FECHINE, V., 2021).

Contudo, mesmo diante das potencialidades e compreensão das práticas dos CECANES, no âmbito da produção científica brasileira do PNAE, observa-se uma priorização de temáticas que não se relacionam diretamente com a dimensão do controle social do programa, mas sim de questões relacionadas com a aquisição de alimentos da agricultura familiar, qualidade nutricional e adesão dos cardápios, ações de EAN, entre outras (FIAN BRASIL & FBSSAN, 2024). Não há, até o momento, literatura que tenha evidenciado de maneira sistemática quais são as ações desenvolvidas por CECANES em uma perspectiva nacional. Há poucos relatos da atuação desses evidenciando ações pontuais e em regiões específicas do Brasil (PEREIRA, W. R., *et al*, 2020) (SCARPARO, A. L. S., *et al*, 2013) (SCARPARO, A. L. S., *et al*, 2010).

No entanto, observa-se um movimento de divulgação das atividades desenvolvidas pelos CECANES em espaços de comunicação como as mídias sociais. Esse é um novo modo de divulgar informações e gerar um alcance mais amplo e diversificado, ainda que existam desafios como a credibilidade, qualidade e transparência, fatores esses que são eliminados quando os responsáveis por essas são instituições confiáveis (GHALAVAND, H. & NABIOLAH, A., 2024), a exemplo de perfis mantidos por universidades. Ademais, as mídias sociais têm sido utilizadas como ferramenta para promoção da educação profissional, especialmente entre profissionais relacionados à área da saúde (VENTOLA, C. L., 2014).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Alimentação como um direito constitucional

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) definida como o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis, é um direito constitucional previsto na Lei nº 11.346/2006 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006).

Para o alcance da SAN, devem ser promovidas ações políticas que mobilizem esferas distintas da sociedade, como educação, saúde, agricultura e assistência social. Além disso, essas políticas devem considerar fatores relacionados aos alimentos, como acessibilidade, cultivo, valor econômico, safra, mas também fatores nutricionais, como cultura, nutrientes e hábitos alimentares (ABRANDH, 2013). Portanto, políticas de promoção da SAN devem contemplar (LEÃO & RECINE, 2011):

- I. diversidade;
- II. qualidade sanitária;
- III. adequação nutricional;
- IV. ser livre de contaminantes, agrotóxicos e organismos geneticamente modificados;
- V. acesso à informação;
- VI. acesso a recursos financeiros ou recursos naturais, como terra e água;
- VII. respeito e valorização da cultura alimentar nacional e regional;
- VIII. realização de outros direitos.

A partir disso, políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outras, são consideradas estratégias para garantir a SAN no Brasil (ABRANDH, 2013). A alimentação escolar é considerada um direito constitucional previsto na Constituição Federal em seu Artigo nº 208 que garante atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 2009).

Como forma de garantir esse direito, em 2009 foi promulgada a Lei nº 11.947/2009 que dispõe sobre as diretrizes da alimentação escolar enquanto um direito, as quais contemplam: o emprego da alimentação saudável e adequada, a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica, a participação da comunidade no controle social e o apoio ao desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2009). Em linhas gerais, essa Lei criou efetivamente o PNAE e apresenta regulamentações ao longo da sua história.

2.2. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Em seu histórico, a alimentação escolar apresentou diferentes fases que marcaram o seu desenvolvimento enquanto uma pauta para a política de SAN. Na década de 1950, a alimentação escolar tinha um caráter assistencialista, ou seja, não era considerada como um direito e estava alinhada aos interesses da indústria de alimentos para escoamento de excedente da segunda guerra mundial. Esse excedente era destinado a países vulneráveis socioeconomicamente, para os quais havia a justificativa do combate à subnutrição e promoção da suplementação alimentar para alunos de baixa renda. Nesse período, essa ação era denominada como Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) (SILVA, E. O., *et al*, 2018).

A partir da década de 1970 importantes avanços começaram a ocorrer na alimentação escolar. Com a criação do PNAE em 1955 e sua regulamentação em 1979, a alimentação escolar deixa de ter uma característica de campanha e passa a ter características de programa. Essa ação foi fortalecida pelo reconhecimento da alimentação escolar como um direito constitucional em 1988 e a criação da Lei nº 11.947 em 2009. A partir disso, avanços ocorreram na forma de gestão do programa, como a vinculação desse ao FNDE, a criação de critérios de descentralização das responsabilidades envolvendo municípios e estados, a vinculação do repasse financeiro do nível federal para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, a ampliação da cobertura para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos, o fortalecimento do papel do CAE no controle social, a criação de estratégias normativas para as ações do nutricionista como Responsável Técnico (RT), e a instituição dos CECANES (PEIXINHO, A. M. L., 2013).

A Resolução mais atual do FNDE que regulamenta as ações do PNAE é a nº 06 publicada em 2020. Essa Resolução versa sobre o objetivo central do PNAE que é de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de EAN e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2020). As diretrizes do PNAE presentes nessa Resolução estão descritas no QUADRO 1.

Quadro 1 - Diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

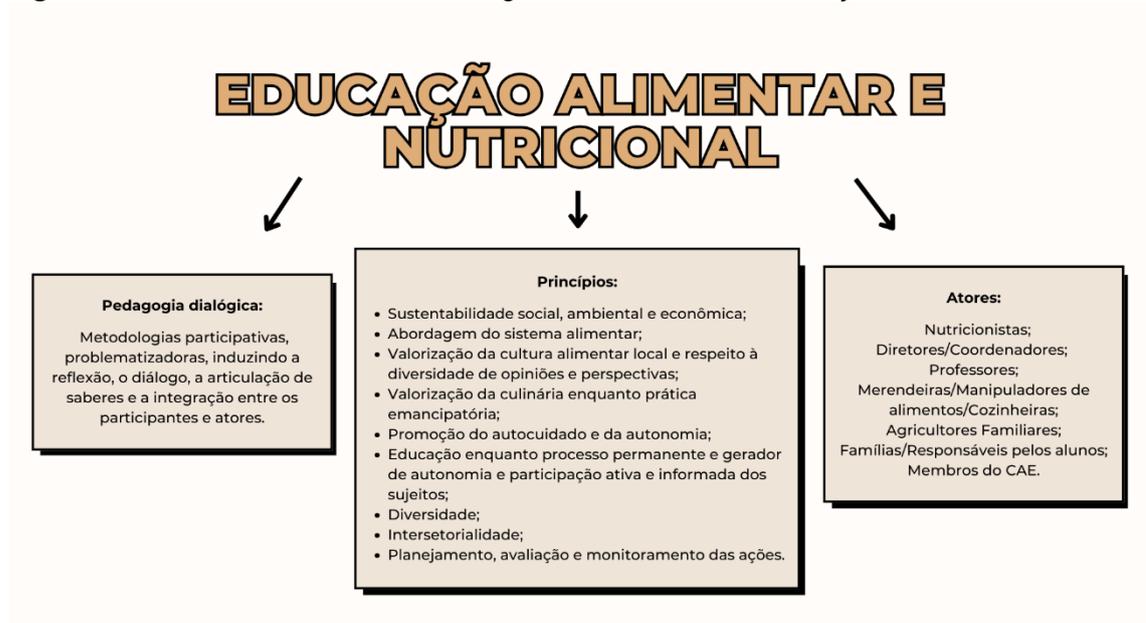
I.	Emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.
II.	Inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.
III.	Universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica.
IV.	Participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada.
VI.	Apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.
VII.	Direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que

	necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.
--	--

Elaborado pela autora e adaptado de BRASIL (2009).

Portanto, cabe destacar que o PNAE além de contemplar a dimensão da oferta de refeições, também vincula sua implementação com ações de EAN. A EAN caracteriza-se por ser uma prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que incentiva a execução dos hábitos alimentares de forma autônoma, voluntária e saudável (BRASIL, 2012). A partir disso, as ações de EAN realizadas no âmbito do PNAE devem ter como base uma pedagogia dialógica, contemplar princípios importantes e envolver diferentes atores (BRASIL, 2022), como descrito na FIG. 1.

Figura 1 - Características da EAN no Programa Nacional de Alimentação Escolar.



Elaborado pela autora e adaptado de BRASIL (2022).

Uma atualização importante da Resolução nº 06/2020 é o seu alinhamento com as diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2020) por meio da proibição da aquisição de alimentos ultraprocessados como refrigerantes, sucos industrializados, doces, gelatina, dentre outros, com os recursos originários do financiamento federal (CANELLA, D. S., *et al*, 2021). Ademais, essa Resolução, reafirma a alocação dos recursos financeiros repassados pelo FNDE em 30% para a

compra de gêneros da agricultura familiar, com prioridade dos assentamentos de reforma agrária, indígenas, quilombolas (BRASIL, 2020).

No PNAE, os valores repassados pelo FNDE para os estados e municípios possuem um preço fixo que deve ser complementado por esses, e para isso, para cada aluno matriculado, é disponibilizado o valor de (BRASIL, 2023):

- a) R\$ 0,41: Educação de Jovens e Adultos - EJA;
- b) R\$ 0,50: estudantes matriculados no ensino fundamental e no ensino médio;
- c) R\$ 0,72: estudantes matriculados na pré-escola;
- d) R\$ 0,86: estudantes matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;
- e) R\$ 1,37: estudantes matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h (sete horas) na escola ou em atividades escolares;
- f) R\$ 1,37: estudantes matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos.

Ainda de acordo com a Resolução nº 06/2020, os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados pelo Nutricionista RT do PNAE, tendo como base a utilização de alimentos *in natura* ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável. O nutricionista RT deve definir o horário e alimento adequado para cada refeição e as porções devem estar de acordo com a faixa etária dos estudantes (BRASIL, 2020). Além disso, devem ser elaboradas fichas técnicas e os cardápios devem contemplar diferentes alimentos por semana. Os cardápios devem fornecer (BRASIL, 2020):

- a) no mínimo 30% das necessidades nutricionais de energia, macronutrientes e micronutrientes prioritários, distribuídas em, no mínimo, duas refeições, para as creches em período parcial;
- b) no mínimo 70% das necessidades nutricionais de energia, macronutrientes e micronutrientes prioritários, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para as creches em período integral, inclusive as localizadas em comunidades indígenas ou áreas remanescentes de quilombos;
- c) no mínimo 30% das necessidades nutricionais diárias de energia e macronutrientes, por refeição ofertada, para os estudantes matriculados nas

escolas localizadas em comunidades indígenas ou em áreas remanescentes de quilombos, exceto creches;

- d) no mínimo 20% das necessidades nutricionais diárias de energia e macronutrientes, quando ofertada uma refeição, para os demais estudantes matriculados na educação básica, em período parcial;
- e) no mínimo 30% das necessidades nutricionais diárias de energia e macronutrientes, quando ofertadas duas ou mais refeições, para os estudantes matriculados na educação básica, exceto creches em período parcial;
- f) no mínimo 70% das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para os estudantes participantes de programas de educação em tempo integral e para os matriculados em escolas de tempo integral.

A robustez do PNAE enquanto uma política de SAN é evidenciada em estudos que mediram a sua efetividade. Por exemplo, GOMES, L. S., *et al*, (2021) evidenciaram que, nas escolas da região Nordeste, obteve-se uma maior taxa de aprovação no ensino fundamental, menor evasão escolar, menor distorção e maior nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para aqueles estudantes dos municípios que cumpriram as diretrizes do PNAE. Ademais, há evidências de que famílias de agricultores rurais que fazem parte do Programa Bolsa Família (PBF) e que residem em municípios contemplados pelo PNAE apresentam uma renda média per capita mais elevada em comparação aos mesmos que não residem em municípios contemplados pelo programa (GOMES, M. C., *et al*, 2025). Em outra perspectiva, o estudo de BENTO, B. M. A. *et al*, (2018) analisou a alimentação escolar de alunos de Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), e foi evidenciado que o consumo diário de duas ou três refeições ofertadas pela escola e provenientes do PNAE está relacionado a uma menor ingestão de alimentos ultraprocessados e um maior consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, ao serem comparados com alunos que não consomem a alimentação escolar.

A efetividade do PNAE se dá, entre outros fatores, pelo suporte de diferentes atores que desempenham um papel fundamental, como as Secretarias de Saúde e Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os CAE, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Nutricionistas, além dos CECANES. Estes órgãos e instituições colaboram para garantir que o programa seja executado de forma eficiente e atenda suas diretrizes. De maneira específica, os CECANES vinculam a

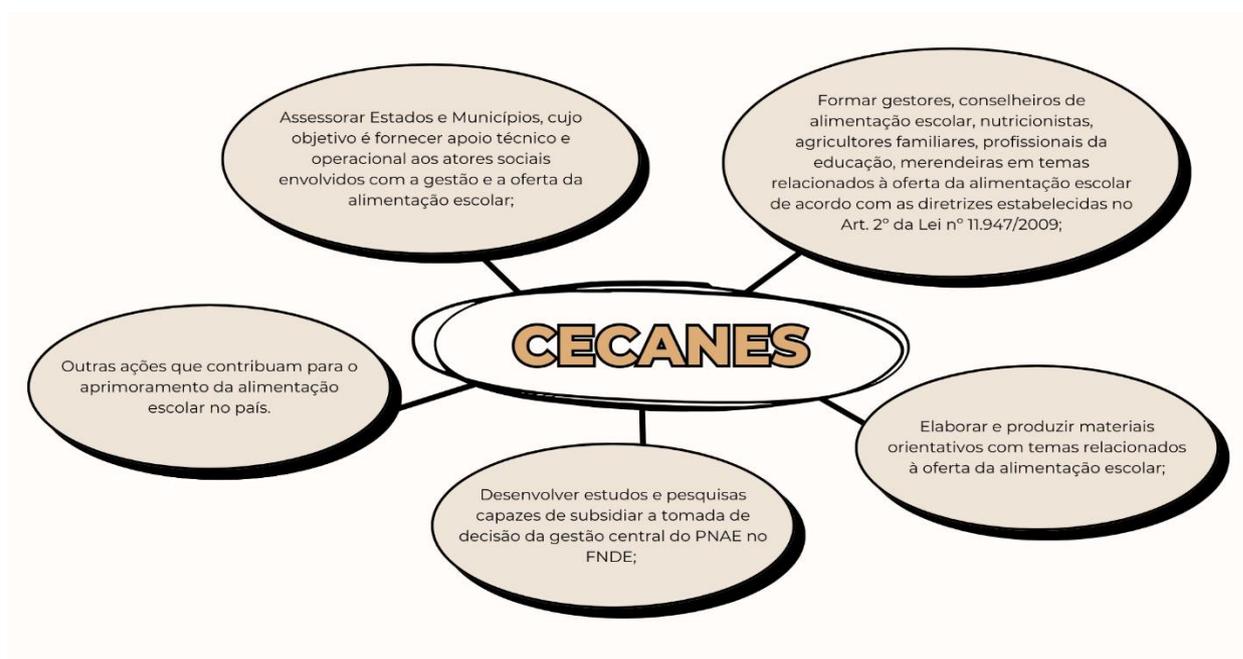
experiência e prática de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com a execução do PNAE.

2.3. Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar - CECANES

A Portaria Interministerial nº 1010/2006 e a Resolução CD/FNDE nº 38/2009 instituem os CECANES, que são definidos como centros de referência e suporte, estabelecidos no âmbito das IFES com a finalidade de desenvolver ações estratégicas para atender às demandas e necessidades do PNAE nos estados e municípios. Além disso, atuam regionalmente, desenvolvendo pesquisas e prestando apoio técnico por meio de capacitações, assessorias e estudos na área de alimentação escolar (SCARPARO, A. L. S., *et al*, 2010).

A cooperação entre o FNDE e as IFES é efetivada por meio da celebração de Termos de Execução Descentralizada (TED), a partir da definição de Plano de Trabalho, em que são estabelecidos os objetivos geral, específicos, metas e metodologias de ações de assistência técnica ao próprio FNDE e às Entidades Executoras do Programa (FNDE, Centros colaboradores, 2023). Atualmente, o FNDE tem parceria com diferentes universidades que abarcam todas as regiões brasileiras (CECANE UnB, 2023). A FIG. 2 exemplifica as atividades atribuídas aos CECANES.

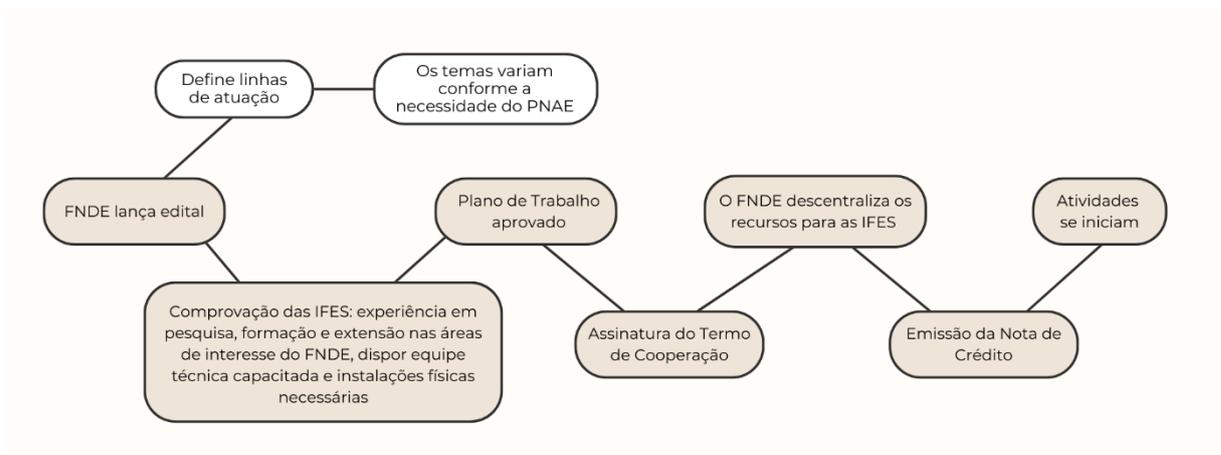
Figura 2 - Atribuições dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar.



Elaborado pela autora e adaptado de FNDE (2023).

Os CECANES são compostos por equipes multidisciplinares, que reúnem professores, alunos, pesquisadores e colaboradores de diversas áreas do conhecimento. A partir disso, para estruturar um CECANE, as IFES devem passar por alguns processos. Primeiramente, o FNDE define os eixos de trabalho que elas devem basear seus projetos, e assim serem habilitadas por eles. Os temas podem variar de acordo com as demandas do programa, além disso, as IFES precisam evidenciar uma experiência em pesquisa, formação e extensão nas áreas de interesse do FNDE, além de dispor de uma equipe técnica capacitada e de instalações necessárias para a implementação do projeto. Neste contexto, após a aprovação do Plano de Trabalho apresentado, é assinado o Termo de Cooperação, a partir disso o FNDE libera os recursos para as IFES e, conseqüentemente, com a emissão da Nota de Crédito as ações e atividades se iniciam (LOBO, C. & FECHINE, V., 2021). A FIG.3 demonstra este processo de forma sequencial.

Figura 3 - Fluxograma sobre a constituição de um CECANE.



Elaborado pela autora e adaptado de (LOBO, C. & FECHINE, V., 2021).

Os CECANES ampliam a presença do governo federal nos municípios, especialmente dentre aqueles com baixa capacidade estatal, fortalecendo a implementação do PNAE por meio de uma relação mais próxima com as administrações locais. Essa proximidade gera confiança, facilita a troca de experiências e permite a construção de soluções conjuntas para desafios do programa. Além disso, a autonomia dos CECANES na definição de metodologias e estratégias melhora a eficiência da gestão. A parceria com as IFES também garante

que o conhecimento acadêmico seja aplicado na melhoria da educação básica, promovendo um ciclo de inovação e impacto social (LOBO, C. & FECHINE, V., 2021).

2.4. Mídias sociais como ferramenta de divulgação por atores sociais

As formas de produção, compartilhamento e aproveitamento de informações em diferentes dimensões do conhecimento estão passando por um processo de remodelação constante, e o uso das tecnologias de informação e comunicação, como as mídias sociais, estão ampliando as possibilidades e alternativas para o consumo dessas informações (OLIVEIRA, A. C. S., 2019).

As plataformas de mídia social se apresentam como espaços propícios para o desenvolvimento de ações de divulgação de conhecimento, pois possibilitam: maior aproximação com o público colaborando com a participação e interação social; acesso à distância a informações e projetos com uma maior velocidade e disseminação; uso de recursos audiovisuais distintos, como contato direto por meio de transmissões ao vivo, publicações de curta duração e não exaustivas; além de se apresentarem de forma descentralizada e com menor custo (ALMEIDA, J. V. V. de, *et al*, 2024).

Desse modo, um movimento de criação de páginas em mídias sociais, especialmente do Instagram, para o compartilhamento de informações tem sido observado em diferentes setores da saúde e educação, como exemplifica o QUADRO 2.

Quadro 2 - Dados da mídia social Instagram de entidades governamentais.

Instituição	Link da página	Número de seguidores	Número de postagens
Ministério do Desenvolvimento Social	https://www.instagram.com/mdsgovbr/	438.000	3.210
Ministério da Saúde	https://www.instagram.com/minsaude/	2.900.000	16.359
Ministério da Educação	https://www.instagram.com/mineducacao/	1.500.000	8.399
Fundo Nacional de	https://www.instagram.com/fnde.oficial/	92.300	1.402

Desenvolvimento da Educação			
-----------------------------	--	--	--

Elaborado pela autora com dados públicos disponíveis no Instagram até a data de 21/03/2025.

O Instagram foi inicialmente desenvolvido com o objetivo de permitir o compartilhamento de fotos em uma sequência cronológica. Com o tempo, a plataforma cresceu e se diversificou, atraindo pessoas e gerando conteúdos variados. Atualmente, o Instagram oferece diversas ferramentas de divulgação, além das publicações tradicionais, como: *Reels* que são vídeos curtos que facilitam a conexão entre comunidades e ampliam o alcance dos criadores de conteúdo, os *Stories* que permitem compartilhar momentos e informações diárias que desaparecem após 24 horas; as Mensagens Diretas (DMs) que são um recurso de troca de textos, fotos e publicações entre usuários; e o Explorar que é uma ferramenta de pesquisa que reúne conteúdos personalizados com base nas interações do usuário, como contas seguidas, publicações curtidas e conexões (MOSSERI, A., 2021) (INSTAGRAM, 2021) dentre outras. Devido a isso, é interessante para instituições governamentais e acadêmicas a utilização da plataforma, em virtude de seu vasto alcance, seu formato visual que torna o conteúdo mais atraente e facilita a comunicação de ideias complexas de forma clara e não exaustiva, além de atingir de maneira precisa os interesses do público-alvo.

O uso das mídias sociais por instituições governamentais e acadêmicas, além de divulgar informações e conhecimento sobre temas específicos, pode ser um meio de informar a população sobre atividades e ações realizadas por elas. Por isso, possuem a capacidade de estimular a participação do público, a transparência, o engajamento social, a construção de uma comunicação mais direta, o fortalecimento da relação entre a instituição e a comunidade, a promoção de um diálogo constante, o aumento da confiança pública, a promoção da cidadania e a capacidade de influenciar comportamentos e atitudes, contribuindo para um ambiente mais colaborativo e informado.

Diante dessas características, o monitoramento de páginas em mídias sociais pode ser estratégico para acompanhar e avaliar atividades desenvolvidas por atores sociais de interesse. Essa é uma estratégia que viabiliza uma coleta de dados para estudos e para o controle social de maneira mais acessível, prática e permite analisar

tendências de atuação que podem auxiliar órgãos superiores na fiscalização dessas ações ou em proposições de outras.

3 OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

- Analisar publicações de ações dos CECANES vinculados ao PNAE em suas páginas oficiais de mídia social.

3.2. Objetivos específicos

- Identificar características relacionadas ao perfil das páginas do Instagram dos CECANES.
- Identificar as ações realizadas pelos CECANES e divulgadas em suas páginas do Instagram.
- Compreender as ações realizadas pelos CECANES e divulgadas em suas páginas do Instagram de acordo com as regiões do Brasil em que estão vinculados.

4 METODOLOGIA

4.1. Amostra

Todos os CECANES listados no site oficial do FNDE foram consultados quanto a posse de página oficial no Instagram (FNDE, 2023). O link para essa mídia social, estava disponível no site do FNDE, bem como informações sobre as instituições responsáveis pelos CECANES, os coordenadores, e-mails e sites. Dos 26 CECANES listados, 23 possuíam páginas no Instagram, sendo eles: UFG (Universidade Federal de Goiás), UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), UFAL (Universidade Federal de Alagoas), UFBA (Universidade Federal da Bahia), UFC (Universidade Federal do Ceará), UFPI (Universidade Federal do Piauí), UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), UFS (Universidade Federal do Sergipe), UFAC (Universidade Federal do Acre), UFAM (Universidade Federal do Amazonas), UFPA (Universidade Federal do Pará), UFT (Universidade Federal do Tocantins), IFAM (Instituto Federal do Amazonas), IFSULDEMINAS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas), UFES (Universidade Federal do Espírito Santo), UFF (Universidade Federal Fluminense), UFV (Universidade Federal de Viçosa), UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), UFPR (Universidade Federal do Paraná), UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

4.2. Extração das postagens e dados

Após acessar as páginas no Instagram dos CECANES selecionados, todas as postagens disponíveis até a data de 31/12/2023 foram extraídas com o auxílio de uma ferramenta de mineração de dados online - Phantom Buster (Phantom Buster 2023) - acompanhadas dos dados: i) link da postagem; ii) data da postagem; iii) número de curtidas e comentários e; iv) legenda da postagem. O ano de criação da página e o número de seguidores foram extraídos manualmente, e esse último, foi registrado até a data de 15/07/2024. Com base nessas variáveis três dimensões foram avaliadas, sendo a popularidade da página com base no número de seguidores, a atividade da página com base no número de postagens e interação considerando o quantitativo de curtidas e comentários.

4.3. Análise do conteúdo das postagens

Com o objetivo de identificar as atividades realizadas pelos CECANES no conteúdo postado por esses em sua mídia social, uma análise de conteúdo foi conduzida seguindo o método de Braun e Clarke (BRAUN, V., & CLARKE, V., 2022). A análise de conteúdo é um método indicado para pesquisas qualitativas e um dos seus principais objetivos é reunir e relacionar as principais temáticas abordadas (BRAUN, V., & CLARKE, V., 2022). As etapas de condução desse método e que foram seguidas nesse estudo foram:

(i) Pré-análise: duas pesquisadoras realizaram uma pesquisa inicial e tomaram notas sobre as principais temáticas que apareceram em cada postagem;

(ii) Geração de códigos iniciais: uma outra pesquisadora codificou sistematicamente a pré-análise de todo o conjunto de dados anotados, agrupando dados relevantes para cada código. Esta etapa gerou 189 códigos iniciais;

(iii) Seleção das categorias: uma pesquisadora agrupou os códigos em categorias potenciais, agrupando todos os relevantes dados para cada categoria potencial. Essa etapa gerou 07 categorias iniciais;

(iv) Revisão das categorias: após revisão dos dados e categorias codificados, uma revisão dessa foi feita pelas duas pesquisadoras. Essa etapa resultou em um conjunto de 07 categorias;

(v) Tratamento das categorias: as duas pesquisadoras realizaram uma análise geral para inspecionar os recursos de cada categoria. Como resultado, definições e informações claras foram geradas, assim como, os nomes para cada categoria;

(vi) Interpretação dos resultados: uma pesquisadora analisou as postagens de acordo com as categorias encontradas nas etapas anteriores;

(vii) Análise de consistência da interpretação: todos os resultados foram comparados e as divergências foram verificadas e corrigidas.

Levando em consideração a complexidade dessa análise, a mesma foi feita em uma amostra correspondente à 15% da amostra total. Essa amostra foi conduzida de maneira aleatória sendo estratificada pelos CECANES.

Como forma de diferenciar conteúdos de ações coordenadas pelos CECANES de ações que esses apenas repostaram de outras fontes, essa dimensão também foi identificada após definição das categorias da análise de conteúdo.

4.4. Análise de dados

Análises descritivas foram conduzidas para caracterizar as informações avaliadas (características das páginas e categorias da análise de conteúdo) por CECANES e pelas macrorregiões do Brasil de acordo com a localidade da instituição responsável por eles. A descrição das categorias de conteúdo pelas macrorregiões foi feita a partir de mapas, criados com o auxílio do programa QGIS (Quantum GIS), um software gratuito e de código aberto que permite visualizar, editar e analisar dados geográficos.

5 RESULTADOS

Dos 26 CECANES listados pelo FNDE, 88,46% (n=23) têm páginas oficiais no Instagram. Um total de 30,43% (n=7) dos CECANES são da região Nordeste, 26,09% (n=6) da região Sudeste, 21,74% (n=5) da região Norte, 13,04% (n=3) da região Sul e 8,70% (n=2) da região Centro-Oeste. As páginas mais antigas são dos CECANES UFG e UFRB que datam do ano de 2017 e as mais recentes da UFAL, UFS, UFMS, IFAM e UFES do ano de 2022 (TAB. 1).

Quanto a atividade dos CECANES no Instagram, foram identificadas 2.453 postagens até o ano de 2023, com maior representação pelo IFSULDEMINAS (n=237) e menor pelas páginas dos CECANES UFC (n=18) e UFSC (n= 18). Quanto a popularidade das páginas, no total, as páginas avaliadas são acompanhadas por 33.985 seguidores, sendo a página do CECANE UNIFESP a mais seguida (n=3.795) e da UFMS a menos (n=340). Em relação aos aspectos de interação, foram contabilizadas 83.212 curtidas e 2.672 comentários nas postagens, a página do CECANE UNIFESP foi a que apresentou o maior número de curtidas (n=9.998) e a do CECANE UFG de comentários (n= 366) (TAB. 1).

Tabela 1 - Dados quantitativos das mídias sociais dos CECANES de cada instituição, separados por macrorregiões do Brasil (2017-2023).

CECANE	Ano de criação da página	Número de seguidores	Número de postagens	Número total de curtidas	Número total de comentários
Nordeste					
UFAL	2022	641	138	2401	40
UFBA	2019	1808	106	4345	178
UFC	2018	830	18	452	38
UFPI	2019	1170	150	2974	169
UFRB	2017	1216	45	1856	43
UFRN	2019	1892	204	8067	252
UFS	2022	626	135	2587	78
Total		8183	796	22682	798
Centro-Oeste					
UFG	2017	3379	141	8062	366

UFMS	2022	340	53	591	0
Total		3719	194	8653	366
Norte					
UFAC	2020	627	125	3099	55
UFAM	2019	1624	78	3245	85
UFPA	2018	1498	145	5096	144
UFT	2020	1167	90	2083	52
IFAM	2022	514	34	812	46
Total		5430	472	14335	382
Sudeste					
IFSULDEMINAS	2019	1878	237	6319	212
UFES	2022	712	32	1194	135
UFF	2020	1879	169	4417	107
UFV	2020	846	125	2770	139
UNIFESP	2019	3795	109	9998	188
UNIRIO	2019	2718	138	6567	210
Total		11828	810	31265	991
Sul					
UFPR	2020	776	60	1432	48
UFRGS	2021	1747	103	3932	79
UFSC	2019	2302	18	913	8
Total		4825	181	6277	135
Total	-	33.985	2.453	83.212	2.672

A análise de conteúdo (n=371) evidenciou alguns padrões de postagens que caracterizam as atividades dos CECANES e foram classificados em 7 categorias, sendo elas: i) Ações de monitoramento e assessoria; ii) Divulgação de material; iii) Divulgação de pesquisa; iv) Eventos; v) Informes; vi) Informes sobre a organização do CECANE e vii) Sensibilização (QUADRO 3).

Quadro 3 - Descrição das categorias classificadas com base no conteúdo das postagens dos CECANES.

Categoria	Descrição
Ações de monitoramento e assessoria	Divulgação de ações realizadas pelo CECANE da instituição, nas cidades estabelecidas, com o intuito de monitorar e assessorar o cumprimento do PNAE, sendo através de treinamentos, reuniões, atualizações de legislação, controle financeiro e visitas técnicas.
Divulgação de material	Divulgação de materiais produzidos, especialmente para o PNAE, visando aprimorar e ajudar o cumprimento dele, como cartilhas, livros, ferramentas (IQCOSAN e o e-PNAE), e-books, manuais, documentários, podcasts e jogos.
Divulgação de pesquisa	Divulgação de pesquisas no âmbito do PNAE com o objetivo de avaliar instrumentos, aplicar questionários e analisar a execução do PNAE.
Eventos	Divulgação ou registros de eventos gerais, em sua maioria, realizados e produzidos pelos CECANES, ou contendo sua participação, sendo estes encontros técnicos, encontros de formação de gestores e atores do PNAE, de CAE, oficinas com temas como Agricultura Familiar e aproveitamento de alimentos, e cursos.
Informes	Divulgação de informações sobre questões importantes relacionadas ao PNAE, como atualizações nas diretrizes do programa, lançamento de notas técnicas, atualizações do InformaNutri, movimentações financeiras e parâmetros técnicos.
Informes sobre a organização do CECANE	Divulgação de informações sobre questões internas da organização do CECANE da instituição, como composição da equipe, confraternizações, processos seletivos, planejamento de ações, comunicados e retrospectivas.
Sensibilização	Divulgação de conteúdos voltados para datas comemorativas (ex: Dia do Nutricionista, Dia do Agricultor, Dia do Professor, Dia da Merendeira, Dia da Alimentação Escolar) e para pautas

	importantes no PNAE como alimentação saudável e valorização da culinária.
--	---

Elaborado pela autora com base na análise de conteúdo.

As categorias serão descritas abaixo com exemplos (não exaustivos) em cada uma delas:

Ações de monitoramento e assessoria

Essa categoria representou 22,91% das postagens, sendo que todas elas foram executadas pelos próprios CECANES (TAB. 2). A FIG. 4a exemplifica uma dessas ações feita no município de Toledo, que aconteceu entre os dias 17 e 19 de outubro de 2023, realizada pelos agentes do CECANE IFSULDEMINAS.

Divulgação de material

Essa categoria esteve presente em 10,24% das postagens avaliadas e 34,21% dessas foram coordenadas pelos próprios CECANES (TAB. 2). Um exemplo, é a criação do podcast PodCAE, uma ferramenta criada pelo CECANE UFRGS em parceria com o FNDE, com objetivo de atualizar e informar CAE em todo o Brasil (FIG. 4b).

Divulgação de pesquisa

Essa categoria representou apenas 1,62% das postagens com metade delas sendo coordenadas pelos próprios CECANES e a outra metade foram postagens divulgando pesquisas de outras instituições (TAB. 2). Por exemplo, a FIG. 4c mostra a divulgação de uma pesquisa do FNDE em parceria com os CAE, que tinha como objetivo conhecer a atual situação da execução do PNAE, através de um questionário público direcionado a cada Entidade Executora, durante a pandemia (COVID-19). A pesquisa era intitulada “Iniciativas estaduais e municipais para oferta de alimentação escolar durante o período de interrupção das aulas, em razão da pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil”.

Eventos

A categoria de eventos foi a mais frequentemente evidenciada em 33,15% de participação e mais de 80% desses sendo coordenados pelos próprios CECANES

(TAB. 2). Um exemplo é o evento de formação sobre emissão de nota fiscal eletrônica e avulsa para produtores rurais da agricultura familiar do PNAE, que ocorreu de forma presencial no dia 31 de julho de 2023, e foi realizado pelo CECANE IFAM (FIG. 4d).

Informes

Essa categoria esteve presente em 19,41% da amostra, sendo 25% coordenadas pelos próprios CECANES (TAB. 2). Um exemplo dessa categoria é um conteúdo informativo já existente e regular no site do FNDE, o InformaNutri, que é atualizado regularmente. Uma das postagens evidenciou sobre uma Nota Técnica divulgada pelo mesmo: "Posicionamento Técnico e Orientações Gerais sobre o Comércio de Alimentos dentro das Escolas da Rede Pública de Educação Básica contempladas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE", lançada em 2022, que traz orientações sobre o comércio de alimentos nas cantinas, devendo seguir o Guia Alimentar para a População Brasileira e a Resolução CD/FNDE nº 6/2020, sobre o fomento à Agricultura Familiar, sobre a publicidade e comunicação mercadológica e também sobre critérios higiênicos sanitários (FIG. 4e).

Informes sobre a organização do CECANE

Informes referentes a organização dos próprios CECANES estiveram presentes em 6,74% das postagens e a sua totalidade foi coordenada por eles próprios. Um exemplo é a postagem representada na FIG. 4f que lança o edital do processo seletivo para bolsistas que querem fazer parte da equipe do CECANE IFAM, sendo estas vagas tanto para servidores, quanto para estudantes.

Sensibilização

Por fim, a categoria de sensibilização esteve presente em 5,93% das postagens com todas elas sendo coordenadas pelos CECANES. A FIG. 4g ilustra uma postagem em comemoração ao Dia Internacional da Agricultura Familiar, 25 de julho, instituído pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) para reconhecer e ampliar a visibilidade da atividade, estimulando o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

Tabela 2 - Participação das categorias de conteúdo compartilhado pelos CECANES.

Categorias	Total		Ações coordenadas pelos CECANES	
	n	%	n	%
Ações de monitoramento e assessoria	85	22,91	85	100,0
Divulgação de material	38	10,24	13	34,21
Divulgação de pesquisa	6	1,62	3	50,0
Eventos	123	33,15	101	82,11
Informes	72	19,41	18	25,0
Informes sobre a organização do CECANE	25	6,74	25	100,0
Sensibilização	22	5,93	22	100,0

Figura 4 - Exemplos (não exaustivos) de publicações que descrevem as categorias classificadas.

a) Ações de monitoramento e assessoria



Descrição: Postagem sobre uma ação de monitoramento e assessoria realizada pelo CECANE IFSULDEMINAS, publicada por ele no dia 17 de outubro de 2023.

Link: <https://www.instagram.com/p/CygaKeZuycD/>

b) Divulgação de material



Descrição: Postagem de divulgação do podcast podCAE, produzido pelo CECANE UFRGS, publicado pelo CECANE UFPI no dia 24 de agosto de 2021.

Link: <https://www.instagram.com/p/CS-KutSLIN8/>

c) Divulgação de pesquisa



Descrição: Postagem de divulgação da pesquisa realizada pelo FNDE, publicada pelo CECANE UFPA no dia 01 de junho de 2020.

Link: <https://www.instagram.com/p/CA5vtRVhlm1/>

d) Eventos

Formação:
EMISSÃO DE NF ELETRÔNICA E AVULSA PARA PRODUTORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO PNAE.

Local do evento: Avenida André Araújo, 150
 Bairro: Aleixo
 Cidade: MANAUS-AM
 Horário: 8:00 as 12:00 horas (Horário Manaus)

31 de Julho de 2023

Quem pode participar?
 Público-Alvo: Nutricionistas e Técnicos de ATER(SEPROR/IDAM) envolvidos com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Como participar?
 Período de inscrição: Até o dia 14 de julho de 2023
 Inscrição através do link:
<https://forms.gle/eZioXvjwEfhvCM6>

Maiores informações:
 (92) 98421-4946 - Coordenadora – Drª Regismere Viana
 (92) 98447-2785 - Agente PNAE/RT - Ricardo Colares

Evento Gratuito!
Participe!

Parceria:

Descrição: Postagem de divulgação de um evento de formação realizado pelo CECANE UFAM, publicada por ele no dia 14 de julho de 2023.

Link: <https://www.instagram.com/p/Cur3lw-L1DO/>

e) Informes

InformaNutri nº15/2022

Nota Técnica de Comércio de Alimentos nas Escolas Públicas

Prezado(a) Nutricionista do PNAE,

O FNDE informa que foi publicada a Nota Técnica "Posicionamento Técnico e Orientações Gerais sobre o Comércio de Alimentos dentro das Escolas da Rede Pública de Educação Básica contempladas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)".

As orientações contidas nesta Nota Técnica se aplicam a todas as unidades escolares da Educação Básica da rede pública contempladas com o PNAE que comercializam alimentos e possuem cantinas escolares, visando sensibilizar os sujeitos com poder de atuação na construção de um ambiente escolar protetor para os estudantes e promotor da saúde nas escolas públicas.

Acesse a Nota Técnica em:
[Notas Técnicas | Pareceres | Relatórios — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/educacao/pt-br/assuntos/programa-nacional-de-alimentacao-escolar/pnae/posicionamento-tecnico-e-orientacoes-gerais-sobre-o-comercio-de-alimentos-dentro-das-escolas-da-rede-publica-de-educacao-basica-contempladas-com-o-programa-nacional-de-alimentacao-escolar-pnae)

Descrição: Postagem sobre a nota técnica publicada pelo InformaNutri, divulgada pelo CECANE UFS, no dia 18 de novembro de 2022.

Link: <https://www.instagram.com/p/CIHQOp6LiUZ/>

f) Informes sobre a organização do CECANE



Descrição: Postagem sobre o processo seletivo da equipe do CECANE IFAM, publicada no dia 26 de julho de 2022.

Link: <https://www.instagram.com/p/CgfKHGvuBRu/>

g) Sensibilização



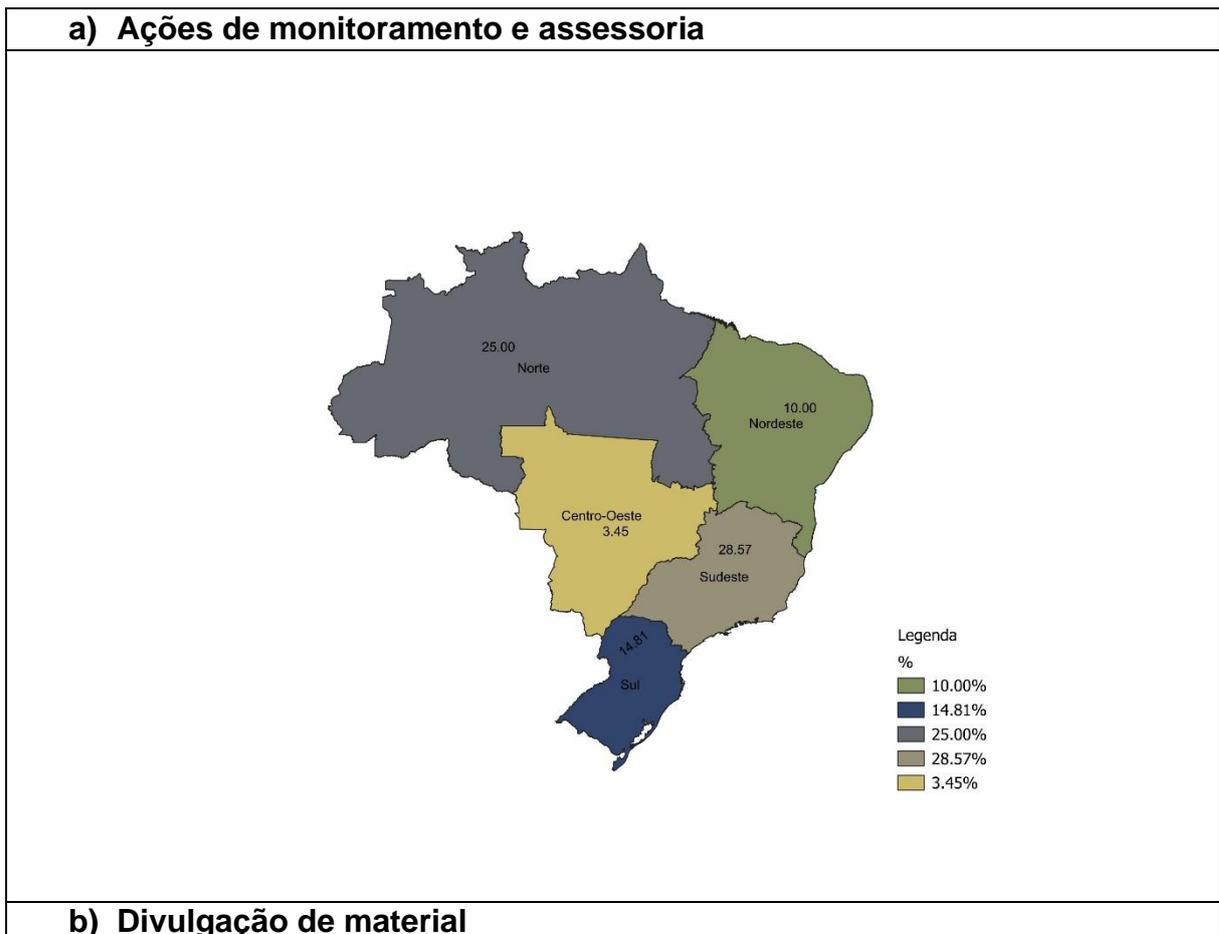
Descrição: Postagem de comemoração ao dia da agricultura familiar, publicada pelo CECANE UFAC no dia 25 de julho de 2023.

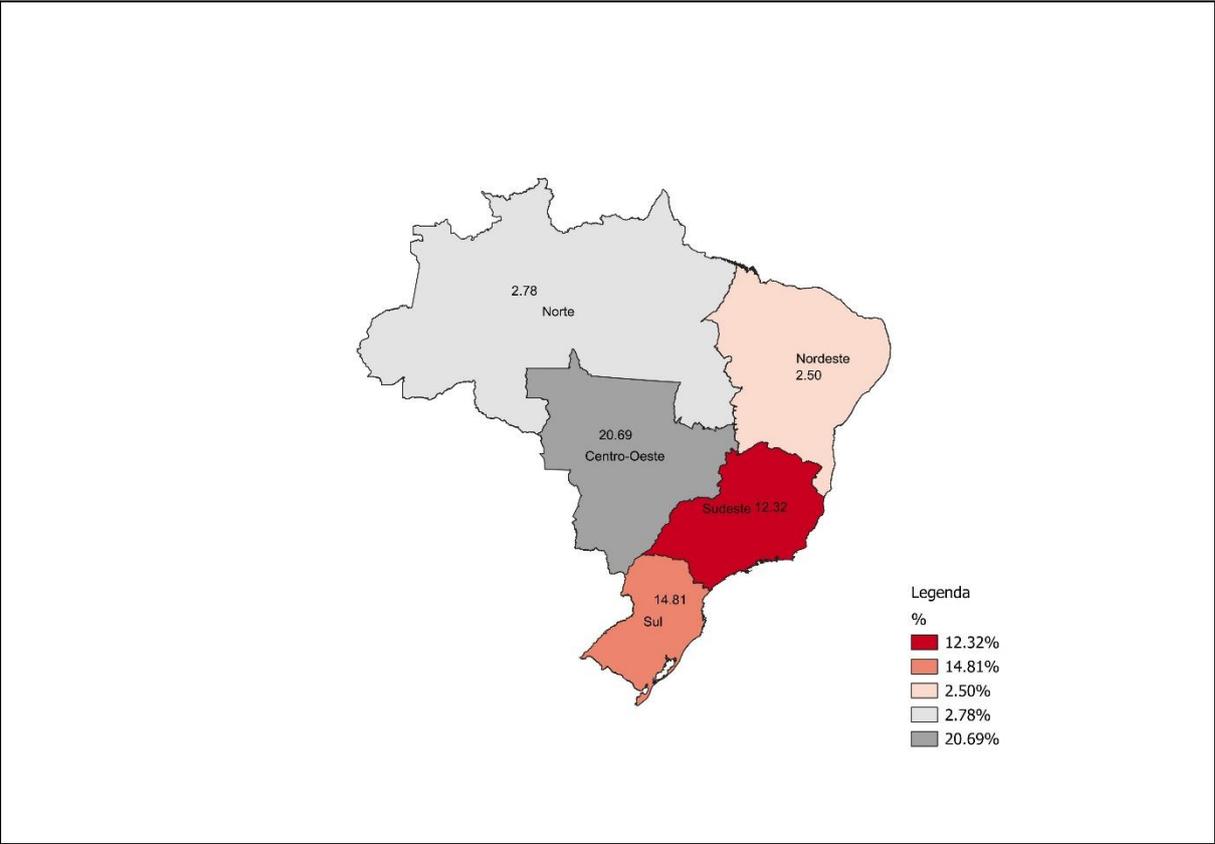
Link: https://www.instagram.com/p/CvIsbJSR_QX/

Ao verificar o uso das categorias temáticas abordadas pelos CECANES no Instagram em relação a localidade geográfica desses, evidenciou-se particularidades por regiões. A divulgação das 'Ações de Monitoramento e Assessoria' foram predominantes nos CECANES do Sudeste (28,57%) e Norte (25%) (FIG. 5a). Por outro lado, as publicações das ações voltadas para 'Divulgação de Material' foram

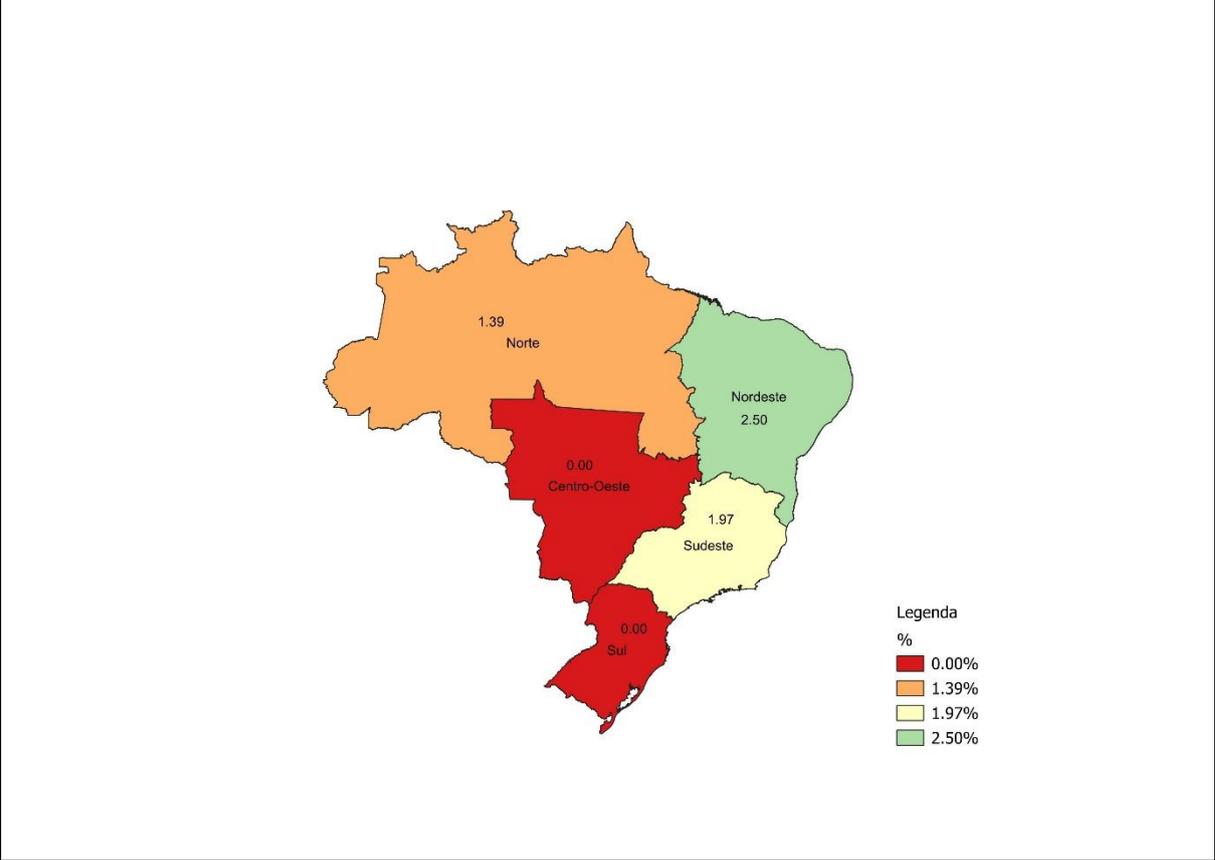
mais observadas nos CECANES das regiões Centro-Oeste (20,69%) (FIG. 5b). Já as ações de 'Divulgação de Pesquisa' ocorreram apenas em postagens dos CECANES do Nordeste (2,5%), Sudeste (1,97%) e Norte (1,39%) (FIG. 5c). As publicações voltadas para 'Eventos' foram observadas principalmente nos CECANES da região Nordeste com 70%, enquanto para as demais regiões esse valor não foi superior a 35,0% (FIG. 5d). Além disso, observou-se também que os CECANES das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, também realizam publicações sobre 'Informes', com participação de 30,56%, 25,93%, 24,14%, respectivamente (FIG. 5e). A categoria 'Informes sobre a organização do CECANE' foi mais predominantemente observada para CECANES da região Norte (12,5%) e Centro-Oeste (10,34%) (FIG. 5f). Por fim, para a categoria de 'Sensibilização' os CECANES das regiões Centro-Oeste (10,34%) e Sudeste (6,9%), foram os de maior representação nessa categoria (FIG. 5g).

Figura 5 - Participação das categorias por macrorregião dos CECANES de cada instituição.

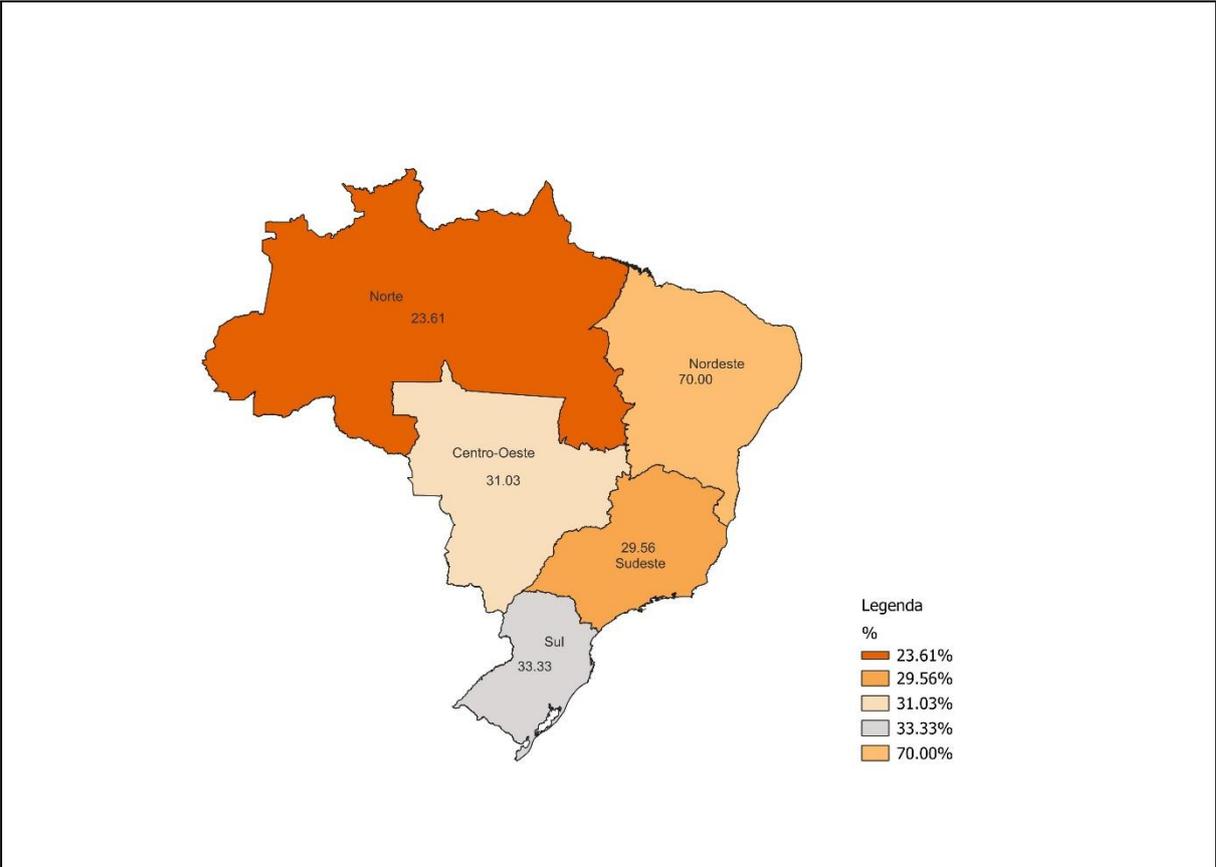




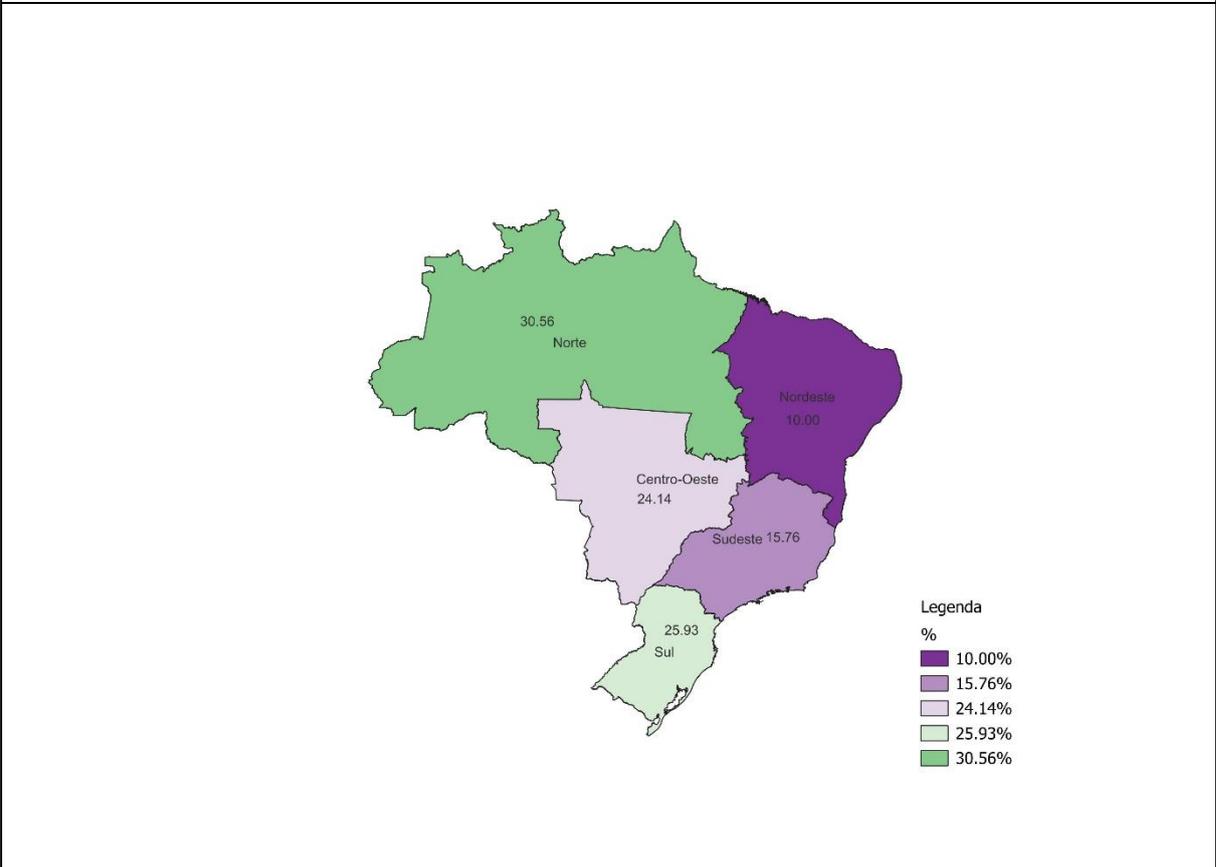
c) Divulgação de pesquisa



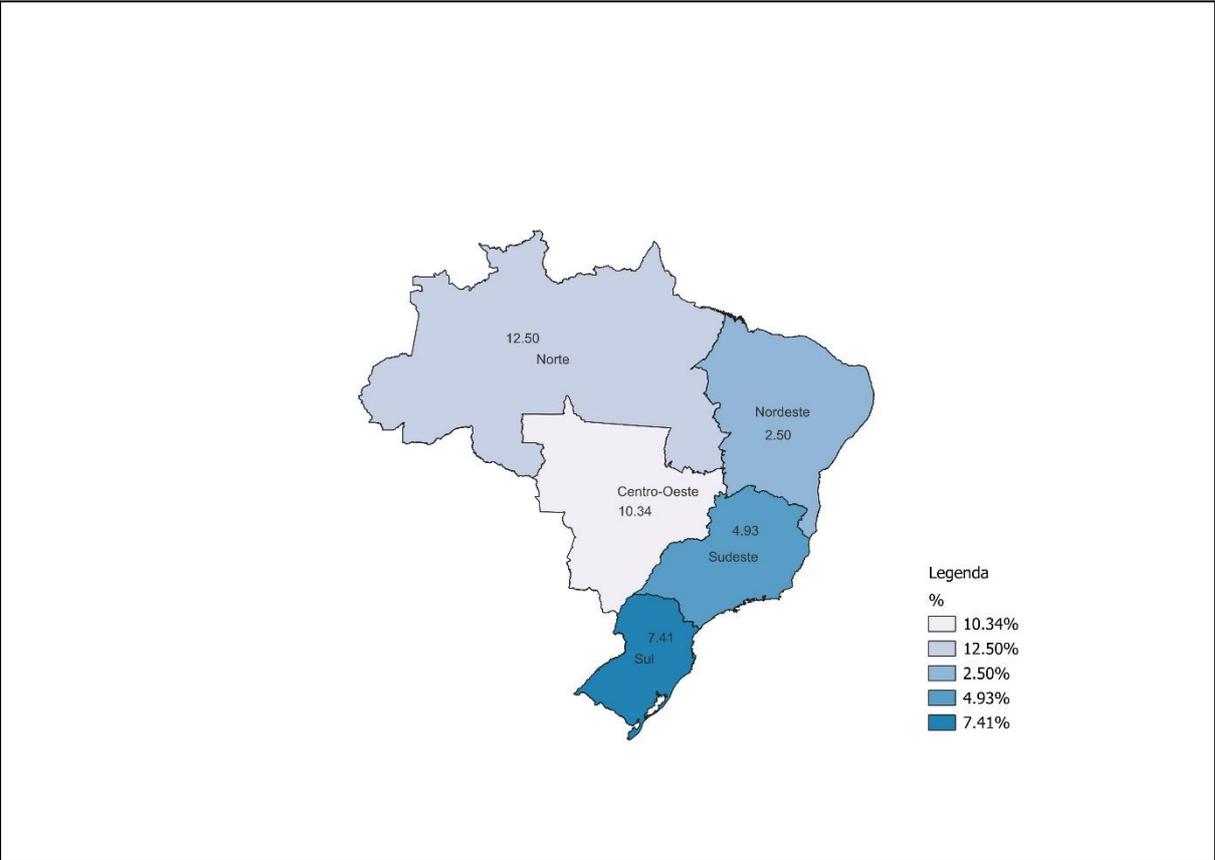
d) Eventos



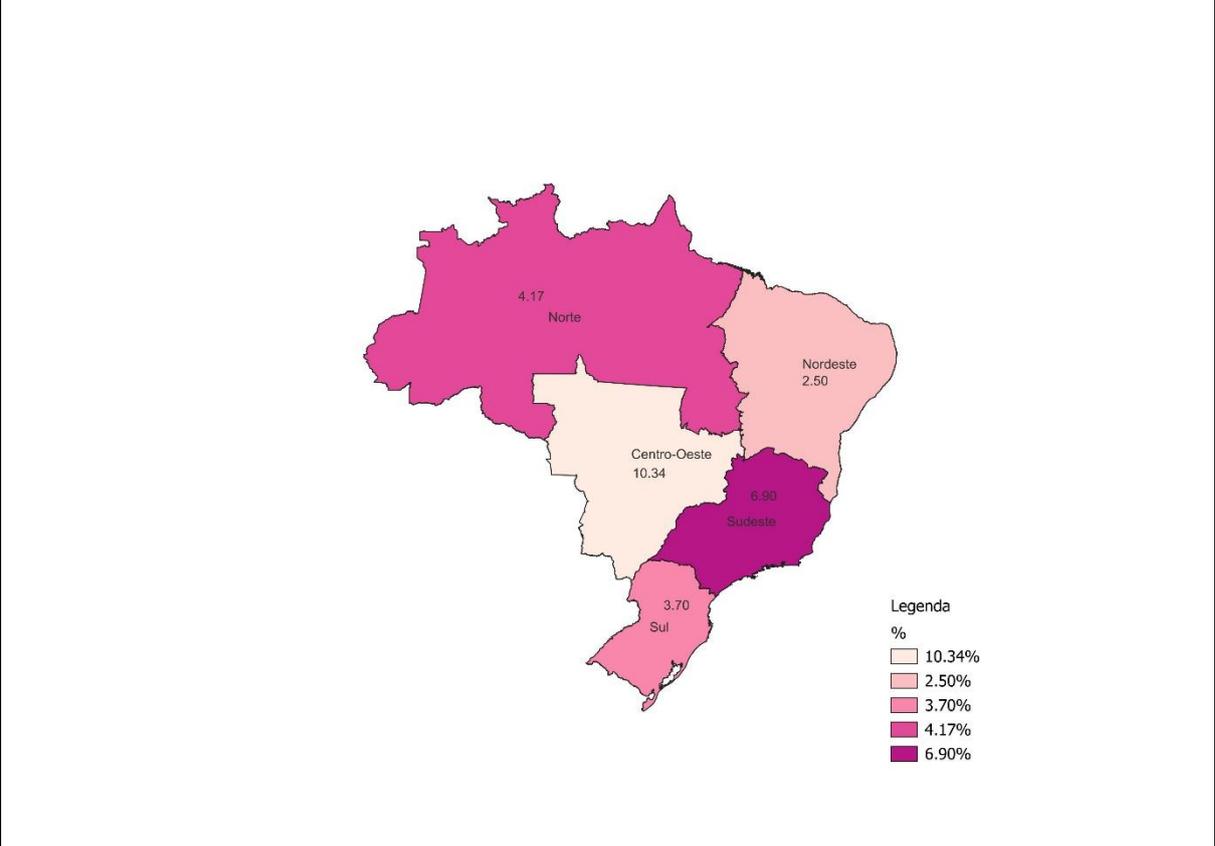
e) Informes



f) Informes sobre a organização do CECANE



g) Sensibilização



6 DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que os CECANES, desde 2017, têm aderido à comunicação de suas atividades na mídia social. Dos 26 CECANES existentes em âmbito nacional, 23 possuem páginas no Instagram, principalmente entre aqueles sediados nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. Observa-se também que essas são as regiões com maior registro de publicações na mídia avaliada, as quais também receberam maior engajamento do público, com base no número de seguidores, curtidas e comentários.

Esse cenário evidencia o potencial de compartilhamento das ações dos CECANES através de uma mídia social, especialmente, como uma ferramenta de comunicação científica e social. Essa interação nas mídias sociais possibilita um fluxo em massa das informações, no qual o público pode não apenas acessá-las, mas também participar de discussões através de ferramentas de interação, promovendo participação social e criando espaços para diálogos (RECUERO, R, 2012). De modo específico ao contexto dos CECANES, essa forma de comunicação possibilita uma maior divulgação e transparência das ações desenvolvidas por esses, sobretudo de pautas relacionadas com diferentes atores do PNAE como escolas, CAE, universidades e outras instituições de interesse. Particularmente, o Instagram foi considerado por RODRIGUES, M. F. dos R. *et al* (2021) uma rede social relevante para divulgação e propostas científicas.

De acordo com as postagens dos CECANES, há uma maior tendência em publicações voltadas para ações de monitoramento/assessoria e divulgação de eventos. Desse modo, observa-se que as principais ações desenvolvidas e compartilhadas pelos CECANES estão alinhadas com as atribuições direcionadas a eles como: i) assessoria a Estados e Municípios por meio de ações de monitoramento e assessoria e; ii) formação de gestores, conselheiros de alimentação escolar, nutricionistas, agricultores familiares, profissionais da educação, merendeiras em temas relacionados à oferta da alimentação por meio da divulgação ou promoção de eventos direcionados à esses públicos (FNDE, Centros Colaboradores, 2023). Essas ações permitem avaliar se as diretrizes do programa estão sendo cumpridas, oferecem um maior suporte técnico para a gestão, treinam e capacitam os atores e desenvolvem estratégias para melhorar a efetividade do PNAE.

Apesar da representatividade dessas ações, algumas outras não foram frequentemente compartilhadas. Dentre elas, preocupa-se a baixa comunicação de atividades atribuídas aos CECANES como a elaboração e produção de materiais orientativos com temas relacionados à oferta da alimentação escolar e o desenvolvimento de estudos e pesquisas na temática. Materiais orientativos, como cartilhas, guias e manuais, oferecem um fácil acesso a informações claras e atualizadas sobre diferentes dimensões da alimentação escolar e das prerrogativas do PNAE. Já os estudos e pesquisas podem identificar desafios, propor melhorias e desenvolver estratégias mais eficazes para o aprimoramento do programa. Com isso, a escassez de publicações de ações voltadas para esses aspectos pode impactar a mobilização de recursos e o engajamento da comunidade escolar e da sociedade, além da possibilidade de levar a decisões menos embasadas e limitar a geração de evidências necessárias para o fortalecimento do programa.

É importante destacar também que os CECANES possuem um compartilhamento de conteúdo diferente entre as regiões em que estão sediados, como por exemplo, a região Nordeste que tem 70% do seu conteúdo voltado para a divulgação de eventos, a região Norte concentrando o seu conteúdo em postagens sobre informes, a Região Sudeste focando em ações de monitoramento/assessoria e eventos, e o Centro-oeste e o Sul em eventos e informes. Essa variação de compartilhamento de ações mostra como cada macrorregião prioriza ações específicas, possivelmente, diante das diferentes demandas dos locais. Essas demandas podem estar associadas a questões estruturais e operacionais dos CECANES, além de especificidades socioeconômicas e culturais das regiões e suas repercussões sobre a operacionalização do PNAE em cada uma delas.

Há poucos relatos disponíveis na literatura sobre as ações desenvolvidas pelos CECANES, mas algumas evidências mostram particularidades nessas. No estudo de SCARPARO, A. L. S., *et al*, (2010), constatou-se que entre os anos de 2007 e 2009, o CECANE UFRGS priorizava ações de capacitação para atores do PNAE, sendo estes: merendeiros, conselheiros de alimentação escolar, nutricionistas e diretores de escolas. Além disso, também fortaleciam a melhoria do controle higiênico sanitário, a compra de alimentos advindos da agricultura familiar, os cardápios das escolas e a segurança alimentar indígena. Já na pesquisa de PEREIRA, W. R., *et al*, (2020), as atividades do CECANE IFSULDEMINAS concentravam-se em monitoramentos e

assessorias de municípios em Minas Gerais, destacando a relevância da aquisição de produtos da agricultura familiar e também das ações de EAN.

Diante dessas evidências, observa-se a relevância dos CECANES para a execução e fortalecimento do PNAE, fazendo conexões entre a academia e a gestão do programa, e assim, contribuindo para o cumprimento de suas diretrizes de forma funcional e eficiente, ou seja, são atores estratégicos para a promoção da alimentação adequada e sustentável no ambiente escolar. Uma análise de ações realizadas por um CECANE, especialmente com o objetivo de formação de profissionais nutricionistas com atuação no PNAE, mostrou-se efetiva, evidenciando a gratificação, aprendizado e absorção de conhecimento dos participantes, além do compartilhamento de informações e vivências (SCARPARO, A. L. S., *et al*, 2013).

Por meio das suas mídias sociais, como o Instagram, os CECANES conseguem trazer transparência de suas ações, tornando o processo mais dinâmico e acessível, alcançando diferentes grupos como educadores, gestores, nutricionistas e a própria sociedade, e também disseminando informações relevantes sobre a alimentação escolar. Em uma perspectiva de monitoramento de ações dos CECANES, como a conduzida neste estudo, o uso da mídia social por esses possibilitou a identificação das principais ações e atividades realizadas e publicadas, mas também permitiu identificar quais são pouco compartilhadas e que devem ser mais exploradas e incentivadas, ou seja, possibilitou compreender quais frentes de atuação recebem maior destaque e quais precisam de maior visibilidade, evidenciando a potência de análise deste estudo.

Portanto, os resultados deste estudo possuem uma contribuição significativa para o fortalecimento dos CECANES, e conseqüentemente do PNAE, visto que foi evidenciado quais ações precisam ser mais exploradas, realizadas e compartilhadas por macrorregiões, trazendo um panorama brasileiro das atividades desenvolvidas. A partir dessa análise, é possível compreender as lacunas existentes e propor estratégias para aprimorar a efetividade das ações e contribuir para o desenvolvimento de propostas assertivas no âmbito dos CECANES que possam auxiliar gestores a implementar medidas específicas conforme as necessidades regionais. Ademais, os dados obtidos também impulsionam a gestão técnica do programa, fazendo com que atue de maneira mais direcionada, garantindo que as diretrizes do PNAE sejam aplicadas de forma contextualizada, criando medidas mais

eficazes e qualificadas, no âmbito dos CECANES. Com isso, observa-se a possibilidade de novos estudos e pesquisas nessa temática, trazendo outras percepções e informações, como por exemplo, a caracterização dos seguidores dessas páginas, os assuntos com maior engajamento e participação social e o avanço do uso do Instagram para as divulgações das ações dos CECANES.

No entanto, algumas limitações desse estudo devem ser destacadas como a impossibilidade de avaliar o conteúdo de todo o quantitativo de postagens disponíveis. Porém, o uso da amostragem estratificada por páginas dos CECANES em pelo menos 15% da amostra buscou minimizar essa limitação garantindo uma seleção potencialmente representativa e aleatória. Ademais, a subjetividade na interpretação da análise de conteúdo também é um fator limitante que foi minimizado por etapas duplas de verificação. Além disso, em relação a totalidade das ações realizadas pelos CECANES, muitas delas não são publicizadas, considerando que nas mídias sociais há uma priorização de conteúdos que produzem mais engajamento e relevância para o público-alvo.

7 CONCLUSÃO

Conclui-se que grande parte dos CECANES estão ativos na mídia social e apresentam diferenças nas métricas de engajamento e centralização em ações específicas no compartilhamento de conteúdo. Ademais, evidenciou-se diferente participação na mídia social entre as macrorregiões do Brasil e com distintos padrões de compartilhamento de conteúdo entre elas.

A avaliação do uso das mídias sociais pelos CECANES permitiu identificar as principais ações realizadas por cada instituição, além de evidenciar aquelas que ainda são pouco exploradas. Esse processo proporcionou uma visão clara sobre quais frentes de atuação recebem mais destaque e quais demandam maior visibilidade, além disso, também contribuiu para compreender como a mídia social dos CECANES alcançam seus seguidores promovendo a disseminação de informações sobre a alimentação escolar. Esse panorama auxilia na identificação das lacunas existentes e no desenvolvimento de estratégias para melhorar a efetividade das ações. Além disso, contribui para a criação de propostas assertivas para os CECANES, que possam apoiar gestores na implementação de medidas específicas conforme as necessidades de cada região.

REFERÊNCIAS

ABRANDH (Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos) & MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). **Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf Acesso em: 12 mar. 2025.

ALMEIDA, J. V. V de, *et al.* Potencialidades das redes sociais virtuais para a Divulgação Científica. **Revista Educação Pública**, v. 3 n. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18264/repdcec.v3i3.221> Acesso em: 23 fev. 2025.

BENTO B.M.A., *et al.* A higher number of school meals is associated with a less-processed diet. **Jornal de Pediatria**, 94(4):404-409, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jped.2017.07.016> Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Altera a redação dos arts. 76º, 208, 211, 212, 214 da Constituição Federal, dispendo sobre a ampliação da obrigatoriedade do ensino e o investimento em educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm#art1 Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Nota Técnica SEI Nº 2810740/2023/ME**. Brasília, DF: FNDE, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/legislacao/SEI_FNDE2810740NotaTcnica.pdf Acesso em: 17 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. **Portaria Interministerial, Nº 1.010 de 08 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. **Resolução Nº 06, de 08 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972> Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 10 de março de 2023**. Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2023/resolucao-no-02-de-10-de-marco-de-2023.pdf/view> Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/fnde/legislacao/resolucoes/2009/res038_16072009.pdf Acesso em: 23 mar. 2025.

BRAUN, V. & CLARKE, V. Conceptual and design thinking for thematic analysis. **Qualitative Psychology**, 9(1), 3–26, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/qp0000196> Acesso em: 23 fev. 2025.

CANELLA, D. S., *et al.* Atualização dos parâmetros de aquisição do Programa Nacional de Alimentação Escolar com base no Guia Alimentar para a População Brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, 37 Sup 1:e00151420, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00151420> Acesso em: 21 dez. 2024.

CECANE UnB – Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade de Brasília. **Sobre o CECANE**. 2023. Disponível em: <https://cecaneunb.wordpress.com/sobre-o-cecane/> Acesso em: 23 mar. 2025.

FIAN BRASIL & FBSSAN. **Observatório da Alimentação Escolar - Artigos Científicos**. 2024. Disponível em: <https://alimentacaoescolar.org.br/artigos-cientificos/> Acesso em: 20 dez. 2024.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Centros Colaboradores**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/pnae-centros-colaboradores-e-uae> Acesso em: 20 dez. 2024.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Informe Recursos PNAE nº 004/2024**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/InformeRecursosPNAE004TransparnciaRedeFederal.pdf> Acesso em: 20 dez. 2024.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae> Acesso em: 20 dez. 2024.

GHALAVAND, H. & NABIOLAH, A. *Exploring online health information quality criteria on social media: a mixed method approach*. **BMC Health Serv Res** **24**, 1311, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12913-024-11838-8> Acesso em: 21 dez. 2024.

GOMES, L. da S., *et al.* Impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sobre as escolas públicas no Nordeste brasileiro. **Revista Econômica Do Nordeste**, 52(2), 103–120, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.61673/ren.2021.1213> Acesso em: 18 mar. 2025.

GOMES, M. C., *et al.* Impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar na renda dos agricultores familiares beneficiários do Programa Bolsa Família. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 63, e286558, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2025.286558> Acesso em: 10 jan. 2025.

INSTAGRAM. **Recursos**. 2021. Disponível em: <https://about.instagram.com/pt-br/features> Acesso em: 23 mar. 2025.

LEÃO, M. M.; RECINE, E. **O direito humano à alimentação adequada**. In: TADDEI, J. A.; LANG, R. M. F.; LONGOSILVA, G.; TOLONI, M. H. A. *Nutrição em Saúde Pública*. São Paulo: Rubio, 2011.

LOBO, C. & FECHINE, V. Avaliação da parceria FNDE e IFES na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista do Serviço Público**, v. 72, n. 3, p. 554–582, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v72.i3.4939> Acesso em: 20 dez. 2024.

MOSSERI, A. **Explicando melhor o funcionamento do Instagram**. 2021. INSTAGRAM. Disponível em: <https://about.instagram.com/pt-br/blog/announcements/shedding-more-light-on-how-instagram-works> Acesso em: 23 mar. 2025.

OLIVEIRA, A. C. S.de. **Publicações científicas ampliadas**. In: SHINTAKU, M.; SALES, L. *Ciência aberta para editores científicos*. Botucatu, SP: ABEC. p. 103-107, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21452/978-85-93910-02-9.cap15> Acesso em: 18 mar, 2025.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 1, pág. 1401-1408, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400002> Acesso em: 18 mar. 2025.

PEREIRA, W. R., *et al.* Ações do Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 37, n. 2, p. 26632, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2020.v37.26632> Acesso em: 20 dez. 2024.

Phantom Buster. Disponível em: <https://phantombuster.com/>. Acesso em: dez. 2023.

Quantum GIS. Disponível em: <https://qgis.org/download/>. Acesso em: jan. 2025.

RECUERO, R. **A Rede é a Mensagem: Efeitos da Difusão de Informações nos sites de Rede Social**. In: VIZER, E. Lo que McLuhan no previu. Editorial La Crujía, edition 1, v. 1, p. 205-223, 2012.

RODRIGUES, M. F. dos R. *et al.* *A virtual Science Club in times of pandemic: the using of Instagram social media as a possible tool for scientific dissemination*. **The Journal of Engineering and Exact Sciences**, Viçosa/MG, BR, v. 7, n. 4, p. 13292–01, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18540/jcecvl7iss4pp13292-01-10e> Acesso em: 20 mar. 2025.

SCARPARO, A. L. S., *et al.* Ações do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Rev HCPA** ;30(3):302-305, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157532/000761153.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 20 dez. 2024.

SCARPARO, A. L. S., *et al.* Formação para nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(4):1001-1008, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400013> Acesso em: 20 dez. 2024

SILVA, E. O., *et al.* Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. e00142617, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00142617> Acesso em: 15 jan. 2024.

SIQUEIRA, R. L., *et al.* Análise da incorporação da perspectiva do direito humano à alimentação adequada no desenho institucional do programa nacional de alimentação escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(1):301-310, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014191.2114> Acesso em: 21 dez. 2024.

VENTOLA C.L. *Social media and health care professionals: benefits, risks, and best practices*. **Pharmacy and Therapeutics**, 39(7):491-520, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25083128/> Acesso em: 10 jan. 2024.